

Fraude Financeira  
Cabeçalho do Processo  
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
Processo n.º 24680-90.2024.8.26.0000  
Ação de Ressarcimento por Fraude e Enriquecimento Ilícito

Autor: Empresa Delta S.A.  
Réu: João Francisco Almeida, ex-diretor financeiro  
Juiz: Dra. Adriana F. Santos

## 1. Denúncia Inicial

### Resumo dos Fatos

A Empresa Delta S.A., autora, propõe ação de ressarcimento contra seu ex-diretor financeiro, o Sr. João Francisco Almeida, que ocupava o cargo de Diretor Financeiro desde 2020 até seu desligamento em 2023. Durante o exercício de suas funções, o réu teria transferido, sem autorização, valores acumulados de aproximadamente R\$ 500.000 para contas de terceiros. Essas transações foram identificadas após auditoria financeira detalhada realizada pela empresa em abril de 2023, com fortes indícios de que o réu utilizava contas de empresas fictícias para camuflar os desvios de capital.

### Fundamentação

A acusação baseia-se na Lei n.º 10.467/02, que define o crime de fraude e enriquecimento ilícito. A autora também apresenta provas de que as transações ocorreram sem qualquer justificativa legal ou comprovação de serviços prestados, violando as obrigações contratuais e de confiança do cargo de diretor.

## 2. Resposta da Defesa

### Argumentos da Defesa

O réu, representado pelo advogado Dr. Marcelo de Oliveira, alega que todas as transferências realizadas tinham o objetivo de reinvestir em oportunidades financeiras emergentes e que não obteve qualquer ganho pessoal direto. A defesa argumenta que a Empresa Delta S.A. sempre autorizou transferências similares e que os valores transferidos estavam documentados nos relatórios de projeção de investimentos.

### Provas Preliminares da Defesa

Emails trocados entre o réu e a diretoria da Empresa Delta S.A., onde os investimentos de alto risco foram discutidos e parcialmente aprovados verbalmente.

Relatório interno que detalha o valor total investido em curto prazo, demonstrando que parte do capital foi recuperado em transações futuras.

## 3. Descobertas de Provas

### Provas Apresentadas pela Acusação

Extratos bancários das contas para onde os valores foram transferidos, indicando movimentações financeiras irregulares e transferências para contas de empresas de fachada ligadas ao réu.

Laudo pericial da auditoria financeira, comprovando que os montantes nunca retornaram para o caixa da empresa e que a justificativa dos "investimentos de alto risco" foi criada sem autorização formal.

## Provas Apresentadas pela Defesa

Declarações de outros diretores, afirmando que o réu mencionou a intenção de reinvestimento em pelo menos duas reuniões, embora não tenha sido autorizado oficialmente.

Emails que evidenciam a aprovação parcial de pequenas transferências para contas de investimento de alto risco.

### 4. Sentença

#### Fundamentação da Juíza

A juíza Adriana F. Santos avaliou as provas de ambas as partes.

Constatou-se que os extratos bancários e as auditorias independentes forneceram provas consistentes da fraude, configurando enriquecimento ilícito. Argumentos da defesa foram insuficientes para justificar os valores e provar que os mesmos voltaram ao caixa da empresa.

### Decisão

Ante o exposto, a juíza decide condenar o réu, Sr. João Francisco Almeida, a ressarcir a quantia de R\$ 500.000 à Empresa Delta S.A., além de uma multa indenizatória no valor de R\$ 100.000 por danos morais e materiais. Ordena ainda o bloqueio de bens do réu até o pagamento integral.

### 5. Apelação

#### Argumentação da Defesa

O advogado de defesa apela da decisão, pedindo a revisão do valor da multa e argumentando que a sentença baseou-se em documentos que, segundo a defesa, estavam incompletos, ignorando os registros de reuniões onde as transações foram mencionadas.

### 6. Decisão de Apelação

O Tribunal mantém a decisão inicial e apenas reduz a multa para R\$ 70.000, considerando que a defesa trouxe novas provas que mitigam parcialmente a responsabilidade.

## Caso 2: Violência Doméstica

### Cabeçalho do Processo

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

Processo n.º 67890-54.2024.8.13.0000

Ação de Proteção e Medida Protetiva

Autora: Ana Beatriz Oliveira

Réu: Pedro Henrique Costa

Juiz: Dr. Roberto T. Lima

### 1. Denúncia Inicial

#### Resumo dos Fatos

A autora, Sra. Ana Beatriz Oliveira, denuncia seu cônjuge, o Sr. Pedro Henrique Costa, por agressão física e psicológica continuada. A vítima relata incidentes em que o réu, em momentos de irritação, a agredia verbal e fisicamente. Tais episódios teriam se intensificado ao longo dos últimos dois anos, culminando em uma agressão grave em 2 de agosto de 2024, quando a autora procurou atendimento médico e registrou um boletim de ocorrência.

#### Fundamentação

Baseada na Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/06), a autora solicita a aplicação de medidas protetivas e o afastamento imediato do réu do lar conjugal, justificando a existência de risco iminente à sua integridade física e psicológica.